

Moreira Mariz



Ficha Limpa e aposentadorias poderão ser votados hoje

Marconi responderá à questão de Virgílio sobre exame do projeto Ficha Limpa à tarde; líderes assinam requerimento de Suplicy pedindo urgência. Reajuste das aposentadorias também poderá ter decisão

Na presidência da sessão de ontem, Marconi Perillo garantiu que até as 10h de hoje a Mesa deverá responder à questão de ordem de Arthur Virgílio sobre a possibilidade de o projeto Ficha Limpa ser votado às 16h. Virgílio argumentou que, apesar de a pauta estar travada por medidas provisórias e pelos projetos do pré-sal, há um acordo de líderes para exame da matéria. “Quero colocar em votação o

Ficha Limpa. Será uma grande resposta que o Senado dará ao Brasil”, disse Marconi. Eduardo Suplicy encaminhou requerimento pedindo a tramitação em regime de urgência do Ficha Limpa. Romero Jucá anunciou a conclusão do relatório sobre o projeto que reajusta aposentadorias e manifestou a expectativa de que também seja examinado hoje. José Agripino disse que o acordo prevê a votação dos dois projetos. **3**

Arthur Virgílio (E) se aproxima do grupo em que conversam Romero Jucá, Eduardo Suplicy, José Agripino e Ideli Salvatti: diálogo pode assegurar votações

O uso sustentável da floresta

Representantes do governo e prefeitos debateram alternativas de emprego e renda para população da região amazônica. **5**

Márcio Kolumbe



Senador Jefferson Praia (C) presidiu a audiência pública na CMA

Plenário aprova a MP que libera recursos para socorro ao Haiti

Medida provisória também prevê repasse de verbas para atender as vítimas das enchentes do início do ano. **2**

Socorro mais fácil para o crédito rural

Projeto inclui dívida rural na mesma exigência da trabalhista, quando empresa estiver em recuperação judicial. **7**

Crítica a salário de comerciante vinculado ao mínimo

Setor empresarial se manifesta contra projeto em audiência na CAS. Comissão já ouviu opinião favorável dos trabalhadores. **7**

Diabéticos podem ter garantidos direitos de doentes crônicos

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos prevê que pessoas com diabetes melito possam, entre outros benefícios, sacar FGTS, PIS e Pasep, além de usar o passe livre. **8**

Eduardo Azeredo (E) e Delcídio Amaral na reunião da CAE em que foram aprovados outros seis projetos



Cristiano Gallo

Medida provisória destinou R\$ 373,9 milhões para os projetos de ajuda brasileira ao país caribenho e outros R\$ 544 milhões para socorro aos atingidos pelas enchentes



Jayme Campos foi o relator-revisor da MP 480/10 e rejeitou todas as 18 emendas propostas pelos senadores

Plenário aprova ajuda para Haiti e vítimas das chuvas

O PLENÁRIO APROVOU ontem a Medida Provisória (MP) 480/10, que abriu crédito extraordinário no valor de R\$ 1,3 bilhão para o Poder Executivo, os estados, o Distrito Federal e os municípios. O objetivo central da MP, editada em janeiro, foi prestar ajuda às populações do Brasil e do Haiti atingidas por fenômenos da natureza.

Os recursos destinados à Presidência da República e aos ministérios das Relações Exteriores, da

Saúde e da Defesa, no total de R\$ 373,9 milhões, direcionaram-se a projetos humanitários no Haiti, à construção de unidades de pronto-atendimento e à manutenção de tropas naquele país.

Já as verbas destinadas aos ministérios da Integração Nacional e das Cidades, R\$ 544 milhões, focaram o atendimento às populações vítimas de desastres ocasionados pelas chuvas que atingiram diversas regiões do

Brasil.

As transferências a estados, Distrito Federal e municípios – R\$ 384,1 milhões – viabilizam o apoio financeiro da União ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no montante relativo à variação nominal negativa acumulada dos recursos repassados entre 2008 e 2009.

Todas as 18 emendas propostas foram rejeitadas pelo relator-revisor, senador Jayme Campos (DEM-MT).

Senadores confirmam nomes de mais dois embaixadores

As indicações da Presidência da República para embaixadores na Dinamarca e na Guatemala foram ratificadas ontem pelo Plenário do Senado.

O diplomata Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão irá exercer o cargo de embaixador na Dinamarca e, cumulativamente, na Lituânia. Sua indicação foi aprovada com 39 votos favoráveis e 3 contrários. Já José Roberto de Almeida Pinto, que vai exercer o cargo na Guatemala, teve seu nome confirmado com 39 votos a favor e 4 contra.

Na carreira de Gonçalo Mello Mourão, constam cargos ocupados em Roma, Argel, Londres, Assunção, Paris e Lisboa. Ele também atuou como enviado especial para Assuntos da Minustah em missão transitória em Porto Príncipe, no Haiti. Foi ainda diretor do Departamento do México, América Central e Caribe.

José Roberto de Almeida Pinto já ocupou postos em Washington, Assunção, Londres e Roma. Mestre em Literatura pela Universidade de Brasília, atuou como examinador do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco.

Ratificado acordo de livre comércio com países árabes

Oito projetos de decretos legislativos sobre acordos internacionais assinados pelo Brasil foram aprovados ontem pelo Plenário. Entre eles o PDS 868/09, que trata do livre comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação dos Estados Árabes do Golfo (CCG). Todos os projetos aprovados irão à promulgação.

Integrado pela Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Bahrain, Omã, Catar e Kuwait, o CCG reúne alguns dos maiores países importadores de alimentos no mundo. O Mercosul é integrado por Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, este último ainda em processo de adesão.

O PDS 873/09 aprova texto de acordo entre o Brasil e o Timor Leste para que os dependentes do pessoal diplomático, consular, militar, administrativo e técnico possam exercer atividade remunerada nos respectivos países, uma vez obtida a devida autorização e com base no princípio da reciprocidade. Isso vale, entre outros, para o cônjuge ou companheiro permanente e filhos solteiros menores de 21 anos ou até 25 anos que curse universidade.

Dois empréstimos internacionais aprovados fortalecem BNDES

O Plenário aprovou ontem duas operações de crédito externo. A primeira, entre o governo brasileiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor de US\$ 1,3 bilhão, destina-se a compor as reservas internacionais do país. Os recursos serão repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiamento de projetos empresariais de sustentabilidade ambiental.

Em relatório favorável aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Aloizio Mercadante (PT-SP) disse que a utilização do BNDES como executor das ações de atualização e ampliação das políticas de

sustentabilidade ambiental do país decorre de sua relevância como principal financiador de longo prazo de investimentos na economia brasileira.

O outro empréstimo, no valor de US\$ 60 milhões, será assinado entre o BNDES e o Nordic Investment Bank (NIB). Essa operação integra programa de financiamento de longo prazo para empresas brasileiras no total de US\$ 120 milhões, já que o BNDES se responsabiliza por contrapartida de valor igual à soma emprestada pelo NIB. O relator na CAE, Roberto Cavalcanti (PRB-PB), observou que o BNDES é praticamente a única fonte de empréstimos de longo prazo para investimentos no país.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pré-sal tranca outras decisões

14h Continuam trancando a pauta quatro projetos relativos ao marco regulatório do pré-sal, que tramitam em regime de urgência, além de três medidas provisórias.

CCT Escrituração eletrônica

8h30 Está em análise na Comissão de Ciência e Tecnologia proposta que altera o Código Tributário Nacional para tornar possível a escrituração e a conservação de documentos fiscais em mídia eletrônica.

CCJ Ficha Limpa

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina o projeto Ficha Limpa – que impede candidaturas de pessoas condenadas pela Justiça, em decisão colegiada, por praticarem crimes de corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas. Analisa também o projeto de resolução que institui as novas normas do Regimento Interno do Senado Federal.

CE Acesso à escola e direitos humanos

10h A Comissão de Educação debate o analfabetismo e a falta de acesso à escola como formas de agressão aos direitos humanos. Estão convidados o senador Cristovam Buarque (PDT-DF); o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Roberto de Leão; o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Carlos Eduardo Sanches; e o coordenador-geral de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Erasto Mendonça.

CDR Segurança em voos e aeroportos

11h Audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional sobre a segurança da aviação civil, o cronograma de instalação de equipamentos de segurança nos aeroportos e a aviação regional. Participam a diretora-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Solange Paiva Vieira; a secretária de Aviação Civil do Ministério da Defesa, Fabiana Todesco; e o diretor técnico e especialista em Segurança Aérea do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Ronaldo Jenkins de Lemos.

CCJ, CAS, CAE e CE Mudança na Lei Pelé

11h30 Projeto que muda a relação entre clubes de futebol e atletas (Lei Pelé) será analisado em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Assuntos Econômicos; e de Educação, Cultura e Esporte.

CPI do MST Perspectiva dos ministérios

14h A CPI do MST realiza audiência pública para ouvir os representantes dos ministérios da Cultura, Ana Maria Costa; do Meio Ambiente, João de Deus Medeiros; e do Desenvolvimento Social, Crispim Moreira.

CPI da Pedofilia Reunião administrativa

14h30 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que investiga a utilização da internet para a prática desse crime, realiza reunião administrativa.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp



Vai até a próxima sexta-feira, no Espaço Cultural Senador Ivandro Cunha Lima, a exposição de quadros da artista paulista Maria Conceição Girade Pavarino. Radicada em Brasília, ela se iniciou na arte da pintura ainda na adolescência. Seus estudos começaram com porcelana, mas ao mesmo tempo a artista se dedicou à pintura em telas. Seu estilo vai do clássico ao impressionismo. Tem no currículo participações em exposições individuais e também coletivas no Brasil e na Europa.



Demostenes Torres pretende colocar projeto Ficha Limpa em votação hoje

Relator na CCJ, Demostenes não vai fazer emendas

Apesar dos esforços dos senadores Pedro Simon (PMDB-RS) e José Nery (PSOL-PA) para apressar a aprovação do Ficha Limpa, ainda não há perspectivas de acordo entre oposição e governo em torno da matéria. Hoje, o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), deve apresentar voto favorável à proposta, que impede a candidatura de políticos condenados por órgão colegiado da Justiça por crimes graves, como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas.

Demostenes adiantou que não vai alterar o texto enviado pela Câmara, para que exista a chance de as novas regras serem aplicadas já nas eleições de outubro deste ano.

Paim: "Governo tem dinheiro para reajuste"

Depois de ler manchetes de jornais sobre o recorde da arrecadação federal em abril, Paulo Paim (PT-RS) afirmou, com as galerias do Plenário lotadas de aposentados, que "o governo tem, sim senhor, dinheiro para pagar o reajuste dos aposentados". Com isso, ele contestou os ministros da Fazenda e do Planejamento, Guido Mantega e Paulo Bernardo, que afirmaram que recomendarão o veto a qualquer aumento acima de 7%.

Paim garantiu que o reajuste vai custar "apenas R\$ 600 milhões neste ano".

– Qualquer obracinha com estrada gasta muito mais. Por que não dá? Qual é o problema? O reajuste vai para 8 milhões de aposentados. Por que não dá? Pelo amor de Deus, não me digam que não tem dinheiro.



Paulo Paim diz que arrecadação sustenta aumento nas aposentadorias

Marconi promete responder hoje de manhã à questão de Virgílio para que projeto seja examinado à tarde. Líderes assinam requerimento de urgência proposto por Suplicy

Plenário busca saída para votar hoje o Ficha Limpa

O 1º VICE-PRESIDENTE, Marconi Perillo (PSDB-GO), na presidência da sessão de ontem, garantiu que até as 10h de hoje a Mesa deverá responder à questão de ordem apresentada pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), sobre a possibilidade de o projeto Ficha Limpa ser votado às 16h.

Arthur Virgílio argumentou que, apesar de a pauta estar trancada por medidas provisórias e pelos projetos do marco regulatório do pré-sal, que tramitam em urgência constitucional, há um acordo de líderes para a votação da matéria.

– Não se abre exceção nenhuma, não se quebra praxe nenhuma, apenas se indaga se todos os líderes aceitam votar o Ficha Limpa, com ou sem trancamento de pauta, com ou sem urgência constitucional do pré-sal, com ou sem medida provisória no meio do caminho – explicou Virgílio.

Marconi disse que, em sua avaliação, o trancamento da pauta não deve impedir a votação do projeto, desde que haja acordo de líderes.

– Amanhã [hoje], às 16h, quero colocar em votação o Ficha Limpa. Será uma grande resposta que o Senado dará ao Brasil. Nós não tememos votar esse projeto; pelo contrário, queremos votá-lo para que a democracia seja aperfeiçoada – disse Marconi.

O 1º vice-presidente do Senado ressaltou a importância da decisão, que poderá ser repetida em relação a outras matérias que mobilizem a opinião dos líderes quando a pauta de votações do Plenário estiver trancada.

Marconi também fez um apelo ao governo para que retire a urgência dos projetos do pré-sal.

Suplicy

Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhando outro requerimento à Mesa, pedindo a tramitação em regime de urgência do Ficha Limpa. O pedido foi assinado de forma consensual por todos os líderes partidários, além de alguns vice-líderes, informou o senador.

– Dessa maneira, cumpriremos o compromisso de todos os senadores, de todos os partidos, para

a rápida votação do projeto, em regime de urgência – declarou.

Virgílio informou ter apresentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) questionamento sobre a possibilidade de os dispositivos do projeto Ficha Limpa terem validade já nas eleições deste ano, caso o projeto seja aprovado pelo Congresso.

– A Constituição se sobrepõe a tudo e, portanto, a modificação constitucional significaria aplicabilidade já para esta eleição – defendeu Arthur Virgílio.

Diálogo

O líder do DEM, José Agripino (RN), informou que o mesmo acordo de líderes prevê a votação da MP do reajuste das aposentadorias. Agripino destacou que o diálogo entre o governo e a oposição sobre a votação do projeto está estabelecido. Ele esteve reunido no início da tarde com Arthur Virgílio e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para tratar do assunto. Não há acordo, porém, para votação dos projetos que tratam do marco regulatório do pré-sal.



Romero Jucá (ao microfone) disse que está "procurando uma solução" para a questão do fim do fator previdenciário

Jucá também prevê decisão para aposentadorias

O líder do governo no Senado, Romero Jucá, anunciou em Plenário que concluiria seu relatório ao projeto de lei de conversão (PLV 2/10) que reajusta as aposentadorias e acaba com o fator previdenciário provavelmente na noite de ontem ou, no mais tardar, hoje. Seu desejo é que se vote a matéria "impreterivelmente hoje".

Jucá já adiantou, entretanto, que manterá o índice de 7,72% fixado pela Câmara dos Deputados. Fará também a correção

dos valores máximos do salário de contribuição e do salário de benefício, cujos índices vieram com erro de cálculo na tabela enviada pela Câmara, segundo explicou. O senador disse ainda que está procurando uma solução para o dispositivo que acaba com o fator previdenciário, sem entrar, no entanto, em detalhes sobre o assunto.

Uma das opções seria fixar uma idade mínima para a aposentadoria, o que evitaria em um futuro próximo um rombo nas contas da Previdência So-

cial. A outra opção em análise é a chamada fórmula 85/95 – que elimina o fator previdenciário quando a soma do tempo de contribuição e de idade da mulher seja 85 anos e no caso dos homens, 95 anos.

Se essas alterações forem aprovadas no Senado, o PLV terá que retornar à Câmara dos Deputados para nova análise.

– [O projeto] será votado impreterivelmente amanhã [hoje] à tarde para que a matéria possa seguir de volta à Câmara – declarou.



Papaléo Paes pede que senadores não modifiquem proposta contra corrupção

Papaléo: proposta deve passar sem modificações

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu a aprovação, sem modificações pelos senadores, do projeto Ficha Limpa, evitando-se assim o retorno à Câmara dos Deputados, o que poderia impedir a incorporação da regra na análise dos pré-candidatos à eleição de outubro deste ano. O PLC, de iniciativa popular, impede a candidatura de políticos condenados em segunda instância por crimes graves, como corrupção, abuso de poder econômico, homicídio e tráfico de drogas.

– Não precisamos só aprová-lo imediatamente, temos que lutar com todas as armas possíveis que o Parlamento possui para que faça vigor esse ano ainda.

Rosalba defende reajuste e teme veto de Lula

A senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ontem a aprovação do PLV 2/10 e manifestou sua preocupação com a possibilidade de o presidente Lula vetar o projeto, "conforme boatos que vêm circulando pela Casa". Rosalba Ciarlini também apresentou seu apoio à votação do projeto Ficha Limpa.

Ela disse que, embora venha de um estado produtor de petróleo, é solidária aos prefeitos de todo o país, pois julga que os royalties devem ser distribuídos igualmente entre os entes federados. Rosalba defende que 60% dos recursos do Fundo Social sejam destinados à educação, à cultura e à saúde. Os outros 40% seriam para combater a pobreza e os efeitos das mudanças climáticas, além de investir em ciência e tecnologia.



Rosalba acha que royalties do pré-sal devem ser divididos igualmente

Projeto do novo Regimento está na pauta da CCJ

Se o projeto Ficha Limpa abre a pauta de votações da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) hoje, outro item não menos importante – e polêmico – deverá sucedê-lo. Trata-se do projeto de resolu-

ção (PRS 17/09) que cria o novo Regimento Interno do Senado. O relator da proposta, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), deverá apresentar parecer sobre 75 emendas de Plenário e três emendas da comissão ofereci-

das à proposta.

Desse total, Jereissati acolheu 23 emendas – 14 parcialmente e nove integralmente. Das sugestões acatadas, duas encaminhadas por José Nery (PSOL-PA) incorporam ao texto do regi-

mento o compromisso formal dos senadores de respeito à ética na política, a ser assumido no ato de posse, e o desconto na remuneração daquele que faltar às sessões em virtude de prisão processual criminal.

Senador destaca em discurso os números de novos postos de trabalho abertos em abril e elogia a gestão de Carlos Lupi à frente da pasta do Ministério do Trabalho e Emprego

Osmar Dias ressalta a criação de 305 mil empregos em abril

O LÍDER DO PDT no Senado, Osmar Dias (PR), chamou a atenção para a geração de 305 mil novos empregos em abril, próximo ao recorde de 309 mil empregos gerados em junho de 2008. O senador elogiou a gestão do ministro Carlos Lupi, do seu partido, à frente da pasta do Trabalho e Emprego, classificando-a como "competente e merecedora de reconhecimento".

– Quando veio a crise mundial, o ministro foi otimista e estava certo: o Brasil, mesmo na crise, gerou mais de 1 milhão de empregos – lembrou o senador.

Osmar Dias mencionou o programa Pró-Jovem, coordenado pelo Ministério do Trabalho, afirmando que o investimento na capacitação de jovens tem contribuído para o aumento no número de vagas ocupadas. Além disso, afirmou o senador, o trabalho de Lupi no ministério tem proporcionado segurança institucional e trabalhista, bandeira defendida pelo seu partido.

Ao lembrar as previsões otimistas de crescimento do produto interno bruto (PIB), Osmar



Números de abril estão próximos ao recorde, diz senador

Dias afirmou que a expectativa é de que até o final do ano, se mantido o ritmo de crescimento da economia, chegue-se ao total de 2,5 milhões de empregos criados em 2010. Para maio, a previsão é de 280 mil novas vagas.

O senador registrou que, das vagas geradas em abril, 96,5 mil foram criadas no comércio. Logo em seguida vieram a indústria, com a geração de 83 mil vagas, e a construção civil, com 40,8 mil. Na agricultura, informou, apesar da queda no preço das commodities no mercado internacional, os empresários têm procurado manter os empregos, e o setor gerou somente no Paraná 20,5 mil postos de trabalho em abril, um crescimento de

159% sobre o mesmo período de 2009.

O líder do PDT mencionou proposta do senador Paulo Paim (PT-RS) que obriga empresas com mais de cem empregados a fornecerem bolsas de estudo para formação técnico-profissional, correspondentes a um salário mínimo, a dependentes legais de seus trabalhadores. A

proposta, aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e relatada por Osmar Dias, ainda depende de aprovação no Plenário. O senador acredita que o projeto contribuirá para qualificar os jovens, de forma a facilitar seu acesso ao mercado de trabalho.

– O grande trunfo que nós temos hoje é este: profissionalizar os jovens para que eles se encaixem bem na vida – ressaltou o parlamentar.

Voto de pesar

Osmar Dias registrou ainda a morte do presidente da Associação dos Produtores de Alcool (Alcopar), Anísio Tormena, aos 67 anos, ontem, em decorrência de acidente de automóvel.

Para Inácio Arruda, Lula fez país acertar passo com o trabalhador

Falando como líder de seu partido, o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que "o Brasil acertou o passo com o trabalhador" e que foi um operário, o presidente Lula, o responsável por isso.

Para o parlamentar, graças às "condições especialíssimas" nas quais hoje está o país será possível recompor o salário dos aposentados, assim como tem sido possível recuperar o poder de compra do salário mínimo.

– O país estava sendo desmontado, o serviço público, o operário, nada disse tinha valor

– afirmou o parlamentar.

Inácio Arruda disse que somente este ano serão criados 2,5 milhões de novos empregos formais, lembrando que o mês passado assinalou um novo recorde na geração de postos de trabalho.

Como exemplo, o senador citou o Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro (Promef), da Petrobras, que planeja a construção de 50 petroleiros em estaleiros nacionais. O primeiro dos navios, João Cândido, com 274 metros de comprimento, foi lançado ao



Inácio Arruda também exalta sucesso de viagem do presidente Lula ao Irã

mar este mês em Pernambuco.

O líder do PCdoB ainda comemorou o sucesso da visita diplomática de Lula ao Irã e defendeu a diminuição da jornada de trabalho, como pleiteiam as centrais sindicais.

Cavalcanti celebra desempenho da economia

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) comemorou em Plenário ontem o bom desempenho da economia brasileira na primeira década deste século. Citando dados da pesquisa Observador, ele considerou surpreendente a elevação de 10% da renda média familiar em 2009, alcançando R\$ 1.285,00. Para o senador, ainda mais expressiva é a informação de que no ano passado a renda da classe C cresceu 6,2%, enquanto a das classes D/E, na base da pirâmide, subiu 12,8%.

Tal elevação de renda, destacou ele, permitiu que 8,2 milhões de pessoas passassem das classes D/E para a C, sendo que, nos últimos cinco anos, conforme dados do estudo citado, 30 mi-



Senador atribui bons resultados a medidas adotadas pelo governo Lula

lhões de brasileiros ingressaram na classe C.

– Ressaltamos que, em apenas cinco anos, 30 milhões de brasileiros transpuseram o limiar da pobreza, passando a se integrar

de modo mais dinâmico no mercado nacional – disse.

Segundo Roberto Cavalcanti, grande parte do mérito das importantes conquistas econômicas e sociais verificadas nos últimos anos deve ser creditada ao governo federal, por ter, por exemplo, adotado importantes medidas para atenuar os efeitos da crise econômica, aumentado o crédito e reduzido impostos, além de ter implementado programas de distribuição de renda, tais como o Bolsa Família.

Em aparte, o senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que, com o crescimento da economia, ficará mais fácil o Senado aprovar o aumento das aposentadorias e pensões.

Ideli comemora pesquisas com Dilma à frente

Ideli Salvatti (PT-SC) comemorou ontem os resultados das pesquisas de opinião pública dos institutos Vox Populi e CNT/Sensus do último final de semana, que apontam crescimento da pré-candidata do PT à Presidência da República, Dilma Rousseff. Segundo o Vox Populi, Dilma tem 38% das intenções de voto na consulta estimulada e José Serra, 35%. Em caso de segundo turno, seriam 40% contra 38%. A CNT/Sensus também coloca Dilma à frente com 35,7%, enquanto o tucano ficou com 33,2% dos votos. Na consulta espontânea, Dilma atinge 19,8% e Serra, 14,4%.

– Obviamente, pesquisa é pesquisa, eleição é eleição. Mas, neste momento, não poderíamos deixar de fazer o registro até porque, enquan-



Ideli Salvatti também mencionou recorde de contratações em abril

to o Serra aparecia, em outras pesquisas, à frente da Dilma, havia grande e retumbante repercussão na mídia – disse.

Ideli também exaltou o número recorde de carteiras de trabalho assinadas e a criação de 305 mil empregos em abril, segundo levantamento feito pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). Esse é o melhor resultado nos meses de abril desde que se começou a fazer a pesquisa, em 1992, destacou a senadora.

Serys elogia 4 mil prefeitos pela 13ª Marcha a Brasília

A senadora Serys Shtesarenko (PT-MT) elogiou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, pela realização da 13ª Marcha a Brasília, que reúne 4 mil prefeitos, de ontem até amanhã, e contará com a participação dos pré-candidatos à Presidência da República.

Serys, que se define como municipalista, disse que, todo ano, visita os 141 municípios do Mato Grosso.

Os prefeitos reunidos em Brasília vão priorizar temas fundamentais para a sustentabilidade dos municípios, como a regulamentação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 29/00, por meio do PLS 121/07 – que há meses está pronto para ser votado pela Câmara dos Deputados.

Outro assunto a ser debati-



Senadora diz que todo ano visita os 141 municípios de Mato Grosso

do pelos prefeitos, ressaltou a senadora, é a distribuição dos recursos provenientes da exploração de gás e petróleo na camada pré-sal.

– Mato Grosso, por exemplo, não tem mar, mas não quer ficar de fora dessa possibilidade real de participação. Ficar de fora da distribuição dos royalties é impensável – afirmou.

Mário Couto acusa prefeito de corrupção

Mário Couto (PSDB-PA) denunciou que o prefeito de Canaã dos Carajás (PA), Anuar Alves da Silva (PDT), comprou com dinheiro público 40 passagens para levar um grupo até Uberlândia (MG) a fim de comemorar o seu aniversário.

O parlamentar afirmou que levará a denúncia ao Ministério Público, à Polícia Federal e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). "Um prefeito desse nível deveria estar na cadeia", resumiu.

Mário Couto disse também que o filho do prefeito comprou 30 mil litros de chope para "tomar banho" no Araguaia.

– O cara abria as torneiras do caminhão e tomava banho de chope com o dinheiro público. Banho de chope, calcule. Um maluco tomando banho de chope. Aonde já chegamos? –



Filho de prefeito jogou 30 mil litros de chope no rio, afirma Mário Couto

indagou o parlamentar.

Segundo o senador, o filho do prefeito, no Dia das Mães, foi filmado por um canal de televisão local falando pornografias e ameaçando de morte o repórter que o entrevistava.

– A Polícia Federal tem que prender esse prefeito, esses vereadores de Canaã dos Carajás. É preciso abrir uma CPI e cassar o prefeito, a não ser que eles todos estejam fazendo parte da mesma panelinha desgraçada da corrupção – disse o parlamentar.

Autoridades ambientais, prefeitos e senadores discutem a implantação das unidades de uso sustentado e a aplicação das normas de preservação



Fábio Marques (E), do Ipaam; Fernando Vieira, prefeito de Presidente Figueiredo; Paulo Maier Souza, do ICMBio; Jefferson Praia; Mauro Pires, do Ministério de Meio Ambiente; e Silvio Menezes, do Inbra

Como gerar renda e preservar a Floresta Amazônica?

DURANTE MAIS DE cinco horas, a Comissão do Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA) debateu ontem como as políticas públicas para o meio ambiente podem ser organizadas para também atender às necessidades de emprego e renda das populações da região amazônica.

O debate, proposto pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM), que presidiu a reunião, também tratou da atuação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no estado do Amazonas.

Questões como o plano de manejo das unidades de uso sustentado, integração das instituições de meio ambiente, treinamento de pessoal e problemas que travam o processo de licenciamento, bem como sobre as unidades em que não se admite qualquer ação humana, foram debatidas pelos convidados – Paulo Maier de

Souza, representando o ICMBio; Mauro de Oliveira Pires, do Ministério do Meio Ambiente; Silvio Menezes, do Inbra; Fábio Marques, do Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam); Fernando Vieira, prefeito de Presidente Figueiredo (AM); e Gean Campos de Barros, prefeito de Lábrea (AM).

Para o senador, uma das principais preocupações é como implementar as chamadas unidades de uso sustentado, que devem dar aos moradores da região a chance de explorar racionalmente os recursos da floresta.

– Quem está travando o processo? Eu não quero esse cenário de ter tudo proibido: não pode desmatar, não pode pescar, não pode plantar. Assim, a população

será aliada da floresta, inchará a periferia de Manaus, preservando a floresta, mas expulsando o ser humano. Essa não é a solução – observou Jefferson Praia, que mais tarde discursou sobre o tema em Plenário.

Ele vai propor que o ICMBio coordene a organização e a implantação dessas unidades. O senador acha que um grupo de trabalho com todas as instituições envolvidas – que converse com a população e a oriente sobre as ações de conservação – poderá viabilizar as unidades e garantir boa qualidade de vida da população.

Preocupação de Jefferson Praia é saber quem está travando criação das unidades de uso sustentado

“Duas Amazônia”

Para o prefeito de Presidente Figueiredo, Fernando Vieira,

“há duas Amazônia”, a dele e daqueles que vivem lá na floresta e outra, vista desde Brasília, “uma cidade cheia de *shopping centers* que poluem e ninguém contesta”.

– Quero convidar o Instituto Chico Mendes para vir até nós para dialogar e procurar soluções para dar às populações a oportunidade de ter emprego e renda. Temos um lago com 250 mil hectares de lâmina d’água e queremos explorar apenas 100 hectares e não conseguimos legalizar esse projeto. Ser legal na Amazônia é muito difícil – protestou.

Segundo Paulo Maier de Souza, do ICMBio, são 19 as unidades de uso sustentado no Amazonas e mesmo as unidades de uso exclusivo, como os parques nacionais, podem receber visitantes, gerando renda com trabalhos de guia florestal e hospedagem.

Para ele, a criação da unidade de conservação não elimina os direitos da população.

Fábio Marques, do Ipaam, afirmou que sem a união entre municípios, estados e União não haverá proteção do meio ambiente. Floresta, pesca, caça, controle da poluição, todos esses setores querem obter a “tão sonhada licença ambiental”, disse. Ele disse haver dificuldades fundiárias que prejudicam a concessão de licenciamento e pediu respostas do Inbra.

Para Mauro de Oliveira Pires, do Ministério do Meio Ambiente, as ações do Ibama e do ICMBio para preservar a biodiversidade precisam ser eficientes para garantir que o ecoturismo, a pesca, o agroextrativismo e o manejo florestal gerem emprego e renda para a população, colaborando para coibir o desmatamento e as atividades ilegais.

Lei do Saneamento será debatida no dia 1º de junho

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem requerimento de seu presidente, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), para realização de debate em conjunto com a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre a Lei do Saneamento (Lei 11.445/07).

A audiência de 1º de junho deve reunir os seguintes convidados: ministro das Cidades, Marcio Fortes (ou o secretário nacional de Saneamento Ambiental, Leodegar da Cunha Tiscoski); o superintendente nacional de Saneamento e Infraestrutura da Caixa Econômica

Federal, Rogério Tavares; o presidente da Agência Nacional de Águas, Vicente Andreu Guillo; o conselheiro do Instituto Trata Brasil Raul Graça Couto Pinho; e o presidente da Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Yves Besse.

Mozarildo lamenta a falta de drenagem pluvial em Boa Vista

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apontou em Plenário a falta de um sistema de drenagem pluvial em Boa Vista. Ele criticou os antecessores do atual prefeito (Iradilson de Souza, do PSB), que teriam realizado investimentos, sobretudo, em jardinagem e pavimentação de ruas, deixando de priorizar a necessária construção de uma rede de escoamento de águas de chuvas, anterior às obras de asfaltamento.

– Vou mencionar aqui a prefeita Teresa Jucá, que passou dez anos como prefeita de Boa Vista e cuidou muito bem da parte estética, de embelezar a cidade, plantar florzinhas e asfaltar ruas. Mas fazer drenagem das chuvas, fazer a chamada drenagem pluvial, não fez – disse Mozarildo.

O parlamentar lamentou a não liberação para o estado de de R\$ 52 milhões em recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Mozarildo comunicou ainda o envio de ofício ao ministro das Cidades, Marcio Fortes, solicitando recursos para aplicar na reconstrução de bueiros destruídos pelas enchentes em Boa Vista.



Mozarildo Cavalcanti

César Borges: contas de luz na Bahia têm aumento inusitado

César Borges (PR-BA) denunciou ontem “um aumento inusitado” nas contas de luz na Bahia, que em muitos casos ultrapassa 100%. Mais de 13 mil pessoas já registraram reclamação junto à concessionária de energia elétrica do estado, a Coelba.

Embora a cobrança venha sendo investigada pelo Ministério Público da Bahia, pela defensoria pública estadual, pelo Procon e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para César Borges ela revela que a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicação da Bahia (Agerba) não exerce sua função de fiscalização.

– Os consumidores estão desprotegidos. Por isso, os técnicos da Aneel tiveram que ir à Bahia, que é hoje o único estado que não fiscaliza o serviço de energia elétrica.

César Borges também apoiou a 13ª marcha dos prefeitos a Brasília. Ele defendeu mais recursos para a área da saúde, mas disse que a isenção de impostos a diversos setores tem reduzido o repasse ao Fundo de Participação dos Municípios.



César Borges

Governo prevê R\$ 32 bilhões para investir no PAC em 2011

O governo encaminhou ontem à Comissão Mista de Orçamento (CMO) complemento ao projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2011 que indica despesa global de R\$ 32 bilhões para o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Enviada ao Congresso em abril, a proposta da LDO definiu como metas e prioridades para o ano que vem as ações do PAC, onde são enquadrados os principais investimentos do governo, mas sem informar um teto de valor.

No ofício que chegou ao Congresso, o ministro interino do Planejamento, João Bernardo de Azevedo Bringel, incorporou também o anexo de metas e prioridades, um dos documentos obrigatórios que também havia ficado de fora. No ano passado, o Orçamento aprovado para 2010 fixou em R\$ 23,4 bilhões o atendimento de despesas com obras do PAC. Pelo valor proposto pela LDO para 2011, portanto, o montante destinado para o PAC seria cerca de 40% maior. A lista de obras do programa só deve ser identificada no projeto de lei do Orçamento de 2011, a ser encaminhado ao Congresso até



Tião Viana já apresentou relatório preliminar ao projeto da LDO

31 de agosto.

O envio das novas informações ocorreu um dia após o relator da LDO 2011, senador Tião Viana (PT-AC), apresentar à CMO o relatório preliminar ao projeto, com a análise dos dados macroeconômicos contidos e as regras para a apresentação de emendas ao texto e seus anexos.

Mesmo com o envio do anexo, novos projetos podem ser sugeridos por emendas. Antes disso, é necessário que a CMO confirme as regras para as alterações, propostas por Viana no relatório preliminar. Entre hoje e sexta-feira, senadores e deputados poderão apresentar emendas a esse relatório. A votação do texto e das emendas deve ocorrer até 1º de junho.

Subcomissão acompanhará obras de Belo Monte

A Subcomissão Temporária para Acompanhamento das Obras da Hidrelétrica de Belo Monte, presidida pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), reúne-se hoje, às 11h30, para definir o seu plano de trabalho.

Ligada à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), a subcomissão deverá acompanhar todas as etapas daquela usina hidrelétrica, que será construída no rio Xingu, no estado do Pará.

O colegiado, instalado este mês, tem cinco integrantes, sendo relator o senador Delcídio Amaral (PT-MS) e vice-presidente Renato Casagrande (PSB-ES).



Projeto de construção da usina no rio Xingu, que receberá pesada injeção de recursos, é alvo de crítica de moradores da região e de ambientalistas e movimentos sociais

Para os críticos da obra, governo subestimou impacto ambiental

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte tem gerado muita polêmica, tanto entre os moradores da região – incluindo povos indígenas – como entre organizações não governamentais (ONGs), ambientalistas, representantes de movimentos sociais e autoridades.

Uma batalha judicial suspendeu por duas vezes a realização do leilão que decidiu pelo Consórcio Norte Energia como o responsável pela construção da usina. O leilão, realizado no dia 20 de abril, também gerou muita discussão, já que algumas das empresas concorrentes desistiram em cima da hora. A obra

deve contar com pesada injeção de recursos públicos via BNDES.

Os críticos de Belo Monte alegam que o impacto ambiental e social do empreendimento foi subestimado pelo governo federal e apontam ineficiência da futura hidrelétrica.

Entre os pré-candidatos à Presidência da República, a senadora licenciada Marina Silva (PV-AC) é a maior crítica do projeto. O ex-governador de São Paulo José Serra (PSDB) também manifestou desagrado com a obra. A ex-ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, pré-candidata do PT, reafirma apoio à hidrelétrica.

Leilão para construir represa será homologado em julho

O leilão para a construção da usina de Belo Monte será homologado em 1º de julho com o consórcio vencedor da concorrência, o Norte Energia, formado por nove empresas. O Ministério de Minas e Energia oficializará a outorga da concessão ao grupo em 23 de setembro e marcou para o dia 30 do mesmo mês a assinatura do contrato, segundo infor-

mações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A previsão para funcionamento da usina é 2015.

Projetada para ser construída no rio Xingu, no Pará, a Usina Hidrelétrica de Belo Monte deverá custar cerca de R\$ 19 bilhões, segundo o governo. Terá capacidade de gerar 11.233,1 megawatts de energia.

História de idas e vindas, iniciada nos anos 1970

1975 – Início dos estudos para aproveitamento hidrelétrico da bacia do rio Xingu.

1980 – Início dos estudos de viabilidade técnica da usina Kararaô, atual Belo Monte.

1988 – Portaria do Departamento Nacional de Águas e Energia (Dnae) aprova estudos de inventário do rio Xingu. Outra portaria, do Ministério de Minas e Energia, autoriza a Eletronorte a realizar estudos de viabilidade.

1989 – Conclusão dos primeiros estudos de viabilidade do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte. Durante encontro dos povos indígenas do Xingu, em Altamira (PA) – com a presença do cantor inglês Sting –, a índia Tuíra, em protesto, encosta uma lâmina no rosto do então presidente da Eletronorte, José Antonio Muniz.

1994 – Revisão dos estudos de viabilidade com diminuição da área inundada e não inundação das áreas indígenas.

1998 – Eletrobras solicita à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) autorização para novos estudos.

2000 – Eletrobras e Eletronorte firmam acordo para conclusão conjunta dos estudos.

2002 – Apresentados à Aneel,

os estudos não são concluídos devido a decisão judicial. Entidades começam a protestar contra construção de Belo Monte.

2005 – O Congresso autoriza a Eletrobras a completar os estudos e a empresa assina acordo com as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht.

2006 – Em janeiro, a Eletrobras solicita ao Ibama a abertura de processo de licenciamento ambiental prévio.

2007 – Em agosto, o Ibama realiza vistoria técnica e reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu (PA). Durante o encontro Xingu para Sempre, índios entram em confronto com o responsável pelos estudos ambientais da usina, Paulo Fernando Rezende, que fica ferido com um corte no braço. Em dezembro, o Ibama emite o termo de referência do estudo sobre impacto ambiental.

2008 – Em julho, o Conselho Nacional de Política Energética define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu é Belo Monte.

2009 – Em fevereiro, a Eletrobras entrega a versão preliminar do estudo de impacto ambiental e o respectivo relatório

sobre o assunto. Em maio, o estudo e o relatório são entregues ao Ibama e o ministério torna público o relatório de impacto ambiental. Em outubro, portaria define diretrizes para o leilão de energia da usina. A pedido do Ministério Público, a Justiça Federal suspende o licenciamento e determina novas audiências para Belo Monte, obrigando o Ibama a analisar novamente o projeto, o que atrasa o leilão de concessão da hidrelétrica, previsto para 21 de dezembro.

2010 – Em janeiro, portaria ministerial define o prazo para declarações de necessidade para os leilões de compra de energia elétrica para Belo Monte. No dia 1º de fevereiro, o Ibama concede licença prévia para Belo Monte e, no dia 5, a Aneel aprova estudos de viabilidade. Nova portaria, no dia 12, torna públicos os montantes de garantia física de Belo Monte. Em março, o Tribunal de Contas da União aprova a previsão de custos para construção de Belo Monte, estimada em R\$ 19 bilhões. No dia 20 de abril, leilão define o consórcio Norte Energia, formado por nove empresas, para a construção de Belo Monte.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Paulo Paim, Serys Slhessarenko, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma, Marconi Perillo, Flávio Arns, Acir Gurgacz

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo S. Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Sussumu Honda (Abras), senadora Rosalba Ciarlini e Laércio de Oliveira (CNC)

Empresários criticam salário de comerciante vinculado ao mínimo

Os dois projetos em tramitação no Senado que regulamentam a profissão de comerciante foram alvo de críticas dos representantes do setor empresarial na audiência pública de ontem na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), que já ouviu a opinião dos trabalhadores, favoráveis às propostas.

Entre os itens criticados nos PLSs 115/07, do senador Paulo Paim (PT-RS), e 152/07, do senador Pedro Simon (PMDB-RS), estão a criação de um piso salarial vinculado ao salário mínimo, a restrição da jornada de trabalho e a proibição de trabalho aos domingos.

Sussumu Honda, presidente da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), e Laércio José de Oliveira, diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) ressaltaram que não são contra a regulamentação, mas que é preciso debater melhor os projetos.

O PLS 115/07, de Paim, prevê

um piso salarial nacional para os comerciantes de três vezes o valor do salário mínimo. Mas, para Laércio, a instituição de um piso vinculado ao salário mínimo seria uma medida inconstitucional, além de não considerar as diferenças regionais.

– Cada região tem um potencial de vendas diferente. Um piso nacional aumentaria os custos nos locais em que as vendas são menores – argumentou ele, acrescentando que “as convenções coletivas são um instrumento mais adequado para tratar do assunto, pois respeitam as diversidades regionais”.

Adelmir Santana (DEM-DF) defendeu alterações nos projetos, para que se reconheça o trabalho dos comerciantes, mas também se excluam itens que podem causar problemas, inclusive constitucionais.

Relatora das propostas e presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) anunciou que realizará novo debate, com empresários e trabalhadores.

Presidente da Abras alerta para possível perda de 200 mil empregos

Sussumu Honda, presidente da Abras, alertou na CAS que a proibição de trabalho aos domingos constante nas propostas provocaria uma perda imediata de 200 mil empregos somente no setor de supermercados.

– Em vez de criar empregos, o resultado seria a perda de empregos – avaliou.

Sussumu lembrou que as atividades dos comerciantes são muito abrangentes, envolvendo, por exemplo, uma infinidade de pequenos mercados – no caso do setor em que atua – “e inclusive atacadistas que dão suporte ao ramo varejista”, além de diferenças de trabalho em pequenas e grandes cidades.

– Há locais que não abrem no domingo, nas pequenas cida-

des, mas também há grandes cidades, como São Paulo, que têm um comércio vinculado ao turismo – frisou.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) declarou que “se criou, infelizmente, uma ideia de que o trabalho é ininterrupto”. Ele reconheceu que, em alguns casos, as atividades devem se estender por domingos e feriados, mas propôs que se examinem quais delas se inserem nessa categoria, enquanto as outras devem se submeter à jornada prevista.

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que está aberto ao diálogo.

– O meu projeto e o de Simon não são intocáveis. Queremos a regulamentação e, para isso, temos de olhar para os trabalhadores e para os empregadores.

Proposta inclui os créditos rurais nas exigências a que submetem hoje os créditos trabalhistas a serem pagos pela empresa devedora em regime de recuperação judicial

Comissão aprova socorro mais fácil a empresas rurais

A LEI DE Falências poderá ser alterada para facilitar o socorro a empresas rurais em dificuldades. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), que inclui os créditos rurais na mesma exigência em que estão hoje os créditos trabalhistas a serem pagos pela empresa devedora em regime de recuperação judicial.

Para tanto, agricultores e pecuaristas, quando da homologação do plano de recuperação judicial, devem assumir o compromisso de pagamento, no prazo máximo de um ano, de créditos referentes a atividades rurais, a exemplo da obrigatoriedade já imposta no pagamento dos créditos trabalhistas.

Também será exigido o parcelamento de débitos tributários e previdenciários desse devedor em recuperação judicial, de acordo com as regras do Código Tributário Nacional e da legislação sobre o assunto. Hoje, esse parcelamento é apenas possibilitado, mas não um direito das empresas devedoras.

Autor do projeto (PLS 325/09), o senador Gilberto Goellner



Senadores Valtter Pereira e Neuto De Conto, na reunião de ontem da CRA

(DEM-MT) atribuiu às dificuldades causadas pela crise financeira de 2008 a decisão de propor essa modificação na Lei de Falências. Para ele, a falta de liquidez no mercado trará sérios problemas de fluxo de caixa às empresas do agronegócio, principalmente as que exportam seus produtos, uma vez que o atacadista final externo não terá condições de suportar os

custos da operação de aquisição e distribuição da mercadoria.

Já o relator, Delcídio Amaral (PT-MS), argumentou que estender esses benefícios aos produtores rurais constitui medida importante e justa. “O agronegócio representa uma das principais forças da economia brasileira, respondendo por um em cada três reais gerados no país”, disse o senador.



Eduardo Suplicy (E) foi designado relator pelo presidente da CRA e apresentará outro parecer sobre o projeto

Novo relator para projeto do Estatuto do Produtor

O Estatuto do Produtor Rural poderá ser votado na próxima reunião da CRA, dessa vez com Eduardo Suplicy (PT-SP) como relator. A decisão foi tomada pelo presidente da comissão, Valtter Pereira (PMDB-MS), a pedido do autor do projeto, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Valadares manifestou insatisfação com seguidos adiamentos da votação solicitados pela relatora, Kátia Abreu (DEM-TO). Ele também discorda de diversas altera-

ções feitas pela relatora.

O projeto (PLS 325/06) terá decisão terminativa na CRA, mas, segundo Valtter Pereira, há pedido de Fátima Cleide (PT-RO) para que ele seja submetido antes à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

– Vamos abrir o prazo necessário para que o senador Suplicy possa elaborar o relatório – anunciou o presidente da CRA.

Atualmente, considera-se propriedade produtiva aquela que, explorada econômica e racional-

mente, atinge, ao mesmo tempo, o grau de utilização da terra (GUT), relacionado à ocupação da área, e o grau de eficiência da exploração (GEE), referente à produtividade física propriamente dita. Os índices são estabelecidos pelo governo e devem ser ajustados periodicamente.

O texto de Kátia Abreu desconsidera o GUT e determina que será considerada propriedade produtiva aquela que atingir o GEE, conforme parâmetros da lei.

Magno Malta (PR-ES) assinalou a passagem do Dia de Combate à Pedofilia, ontem. A data foi escolhida por causa do caso Aracelli, menor que foi raptada, drogada, violentamente morta no Espírito Santo em 1973, crime cujos responsáveis não foram punidos. Malta reafirmou os avanços obtidos pela CPI da Pedofilia, como os termos de ajuste de conduta junto às empresas Google e Microsoft, e às operadoras de telefonia. Ele lembrou ter sido contribuição da CPI a lei que tipifica como crime a posse de material com pedofilia e agradeceu a colaboração do Ministério Público, da Polícia Federal e da Safernet.

Flávio Arns (PSDB-PR) condenou qualquer alteração no projeto de lei de conversão que reajusta as aposentadorias e acaba com o fator previdenciário, uma vez que a mudança provocaria o retorno da matéria à Câmara dos Deputados, que há duas semanas aprovou a proposta. O senador criticou o que para ele parece ser “uma tentativa de burlar a confiança dos aposentados”, assinalando que a alteração, se for feita, não será no sentido de aprimorar a matéria, mas com o objetivo de que não haja tempo para a sua apreciação, o que a levaria à extinção por decurso de prazo.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) comemorou em Plenário a aprovação do projeto de decreto legislativo (PDS 27/10) que cria a Zona de Regime Especial Fronteiriço entre Tabatinga, no estado do Amazonas, e Letícia, na Colômbia. Ele agradeceu a dedicação do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e o apoio dos demais parlamentares ao projeto. O líder do PSDB registrou ainda a realização da 6ª edição da Marcha pela Paz e Contra a Violência no Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, em Manaus, que contou com a participação de cerca de 10 mil pessoas.

Ao alertar para a necessidade de se combater a violência infantil, a senadora **Lúcia Vânia (PSDB-GO)** defendeu ontem o fortalecimento dos conselhos tutelares, que têm existido apenas “de maneira figurativa”. – Que, no dia a dia, o conselho tutelar seja comprometido com a proteção integral, com a prioridade absoluta e com o atendimento eficaz de sua clientela: a criança e o adolescente com direitos ameaçados ou violados. Mas que o poder público assuma a sua responsabilidade pelas mínimas condições de funcionamento dessas verdadeiras trincheiras contra a violação dos direitos das nossas crianças – disse.

Comissão de Assuntos Econômicos aprova projeto de lei que estende a pessoas com diabetes melito os mesmos direitos previstos para quem tem outras doenças crônicas



Autor da proposta, Renan diz que Justiça tem dado ganho de causa a quem tenta sacar FGTS para comprar produtos de saúde

Diabéticos podem ter direito a saque do FGTS e passe livre

PESSOAS COM DIABETES melito poderão ter uma série de direitos, como saque de saldos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Programa de Integração Social (PIS) e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), de acordo com projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), concede aos diabéticos passe livre no transporte coletivo e direito a que não lhe seja imposto prazo de carência para concessão de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez. Renan argumenta que o projeto estende aos diabéticos os mesmos direitos previstos para quem tem outras doenças crônicas.

A Justiça, como diz o senador, tem dado ganho de causa a pessoas que tentam sacar dinheiro

do FGTS para a compra de produtos necessários à sobrevivência, como bomba de infusão de insulina. Renan explica que 11 milhões de pessoas no Brasil são diabéticas e que a doença mata, anualmente, 25 mil pessoas no país.

O PLS 389/08 – Complementar recebeu parecer favorável de Francisco Dornelles (PP-RJ) e será examinado agora pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Doença crônica

Diabetes melito é um distúrbio metabólico que afeta a capacidade de metabolização de glicídios, surgindo, em consequência, hiperglicemia (aumento da taxa de glicose no sangue), glicosúria (glicose na urina) e poliúria (secreção excessiva de urina). Os sintomas mais comuns da doença são sede, fome, fraqueza e distúrbios do

metabolismo de lipídios.

Divide-se em dois grandes grupos: o diabetes melito insulino-dependente, ou diabetes do tipo I, e o diabetes melito não insulino-dependente, ou diabetes do tipo II. O tipo I caracteriza-se por início abrupto dos sintomas clássicos (sede, urina em excesso, aumento do apetite e emagrecimento) e dependência de insulina exógena para manter o controle da glicemia. Inicia-se geralmente entre a infância e o início da idade adulta, podendo ocorrer mais tarde em alguns casos.

Já o tipo II é caracterizado por início lento, com poucos sintomas ou assintomático, sendo frequente a descoberta da doença por acaso, em exame de rotina. Em geral, ocorre após os 45 anos, tem forte tendência familiar e a obesidade está presente em 80% a 90% dos casos.

Nova regra muda destinação de recursos em leilões

Foi aprovado ontem pela CAE projeto de lei da Câmara (PLC 320/09) que altera a destinação dos valores arrecadados em leilão público de veículos apreendidos e de animais recolhidos em vias públicas, não reclamados por seus proprietários no prazo de 90 dias. Pelo projeto, da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), os valores serão usados, preferencialmente, para o pagamento das despesas com os processos de apreensão, remoção, guarda e leilão dos bens. Em seguida, para pagar tributos, multas, encargos legais, notificações e editais. O saldo, se houver, vai para a conta do ex-proprietário.

O relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), disse que o projeto possibilita a justa remuneração do leiloeiro e dos prestadores de serviços. Hoje, os recursos esgotam-se quase sempre no pagamento de multas e tributos.

Programa habitacional deve priorizar quem perdeu casa

Morador de área de risco cuja casa tenha sido destruída em catástrofe natural ou removida para viabilizar projetos de regularização fundiária terá prioridade entre os beneficiários do programa Minha Casa, Minha Vida. A medida consta do PLS 572/09, do senador Romeu Tuma (PTB-SP), aprovado ontem pela CAE.

Favorável à proposta, o relator, Raimundo Colombo (DEM-SC), considerou inaceitável permanecer impassível ante o sofrimento de milhares de pessoas que anualmente perdem praticamente todo o seu patrimônio em enchentes e alagamentos que afligem o país.

Raimundo Colombo também observou que o projeto não cria despesas adicionais para a União, uma vez que apenas define regras para priorização de beneficiários em seus programas habitacionais.

Dedução para prêmios concedidos por empresas

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto que estabelece tratamento tributário, previdenciário e trabalhista diferenciado para prêmios por desempenho pessoal concedidos pelas empresas a seus empregados e demais colaboradores com objetivo de atingir metas de qualidade e produtividade.

Se não houver recurso para votação em Plenário, o projeto de lei da Câmara (PLC 286/09) irá à sanção.

O relator, Adelmir Santana (DEM-DF), apresentou parecer favorável à aprovação. O projeto prevê a possibilidade de dedução desses prêmios, na apuração do lucro real, como despesa operacional.

A proposta também estabelece a tributação de tais parcelas exclusivamente na fonte, como já acontece com o 13º salário. Essa forma de tributação beneficia o trabalhador, por impedir que o prêmio seja somado aos outros rendimentos do mês. Com isso, evita-se a mudança de faixa na tabela do Imposto de Renda.

Airbags e freios ABS com isenção de imposto

Para estimular o uso de *airbags* e freios ABS nos carros mais baratos, a CAE aprovou ontem projeto que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a esses equipamentos de segurança. Aprovado em caráter terminativo, o PLS 191/07 deve seguir para exame da Câmara dos Deputados, caso não seja apresentado recurso para seu exame pelo Plenário.

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), autor do projeto, disse que apenas 10% dos carros em circulação no país são equipados com sistema de freios ABS, que evita travamento das rodas durante a frenagem e é um item de série indispensável nos carros europeus.

Embora contribua para a redução do número de mortes ou vítimas graves de acidentes, o *airbag* para motorista só está presente como item de série em 20% dos carros comercializados no Brasil. O *airbag* duplo (que protege também o passageiro) equipa apenas 23% dos carros brasileiros como item de série.

Autorizada alíquota zero para saneamento

O Poder Executivo pode ser autorizado a reduzir a zero as alíquotas das contribuições para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e para o PIS-Pasep incidentes sobre a receita bruta de serviços públicos de saneamento básico. Aprovado terminativamente pela CAE, o PLS 730/07, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), pode ser enviado diretamente aos deputados.

Dornelles afirma que o Ministério das Cidades estima em R\$ 11 bilhões anuais, durante 20 anos, os investimentos necessários para que o país tenha um padrão aceitável de universalização dos serviços de saneamento básico.

A taxação retira anualmente das empresas de saneamento R\$ 1,4 bilhão, segundo estimativa do senador. Por falta de saneamento, centenas de milhões de reais são forçosamente gastos pelo governo, a cada ano, apenas em tratamento de doenças daí decorrentes. A renúncia de receita que a isenção acarretar – diminuindo os recursos da seguridade social – depois será amplamente compensada pela redução das despesas do Sistema Único de Saúde (SUS), justifica.

Compensação no IR para atraso na restituição

A pessoa física com direito a restituição do Imposto de Renda poderá utilizar o respectivo valor para compensar o IR que eventualmente tenha a pagar, conforme projeto aprovado ontem pela CAE, em decisão terminativa. Se não houver recurso, vai ao exame da Câmara.

A compensação poderá ser efetuada se a restituição, apurada na declaração de rendimentos de um exercício, não tiver sido colocada à disposição do contribuinte até 30 dias antes da data fixada para apresentação da declaração de rendimento do exercício subsequente.

Para o autor da proposta (PLS 12/07), Francisco Dornelles (PP-RJ), a inobservância de prazo para restituição do IR às pessoas físicas deixa ao arbítrio do Poder Executivo a devolução das quantias recebidas a maior em um ano-calendário.

Projeto prorroga incentivo ao cinema até 2016

Os incentivos fiscais à produção audiovisual brasileira deverão ser prorrogados até 2016, prevê o PLS 102/10, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), aprovado ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Agora, a proposta vai à CAE para decisão terminativa.

O projeto altera a Lei do Audiovisual (8685/93) e a Medida Provisória 2228-1/01, estendendo os incentivos até 2016. Assim,

os contribuintes poderão, como estabelece a lei, "deduzir do imposto de renda os investimentos feitos na produção de obras audiovisuais cinematográficas brasileiras".

Em seu voto favorável, a relatora, Marisa Serrano (PSDB-MS), recorda que "em praticamente todo o mundo" existem incentivos governamentais à indústria do audiovisual. Para ela, o Brasil não pode abrir mão desse

estímulo.

– Mecanismos de apoio como esse são indispensáveis no Brasil, que lamentavelmente ainda figura entre os países de menor consumo cultural em todo o mundo – disse Marisa.

Desde a aprovação da Lei do Audiovisual, informou Dornelles, cerca de R\$ 40 milhões têm sido investidos, em média, a cada ano, na atividade audiovisual brasileira.



Aprovado ontem na Comissão de Educação, projeto agora vai a votação na CAE